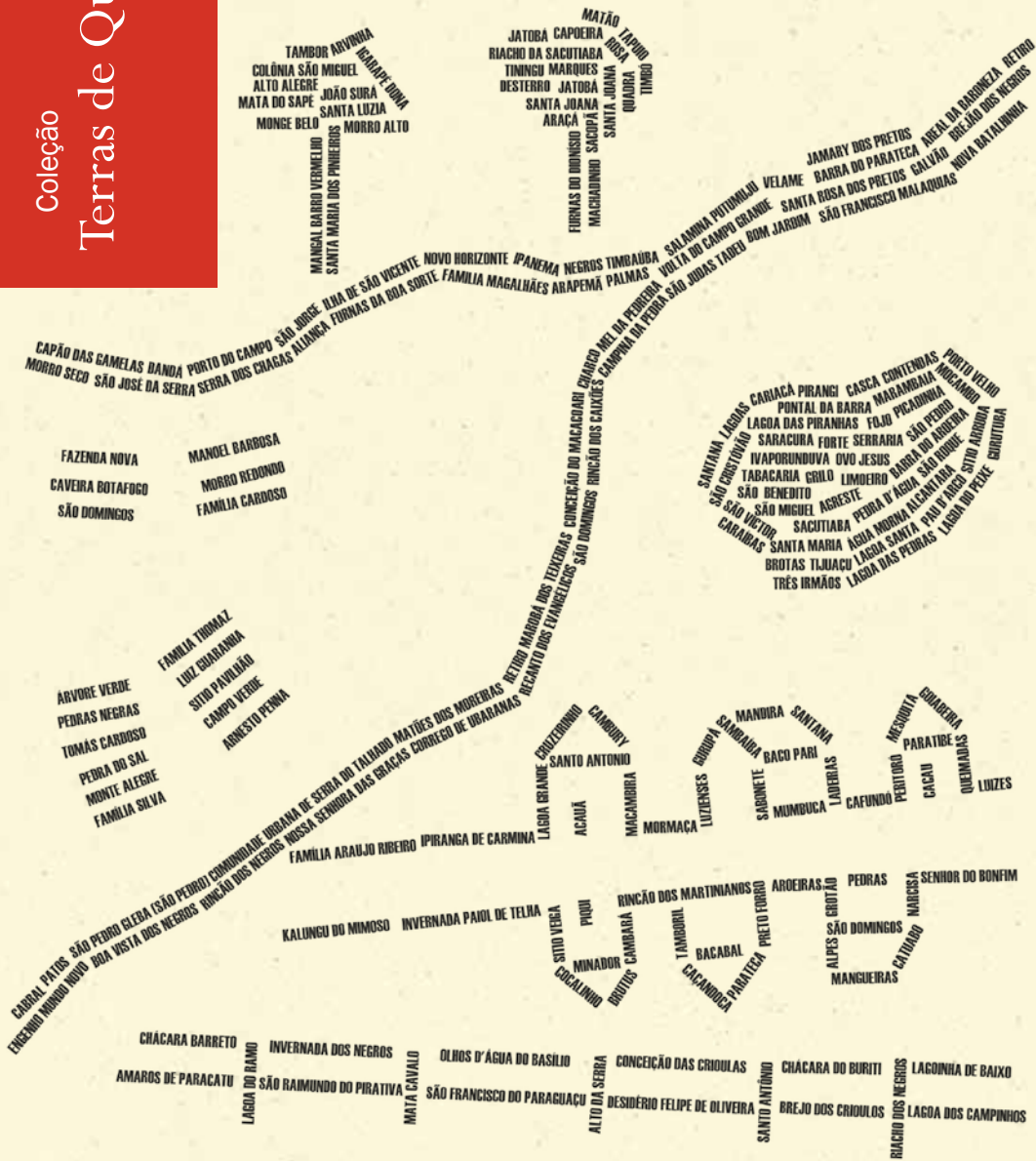


Coleção

Terras de Quilombos

São Paulo

Comunidade Quilombola Camburi



As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

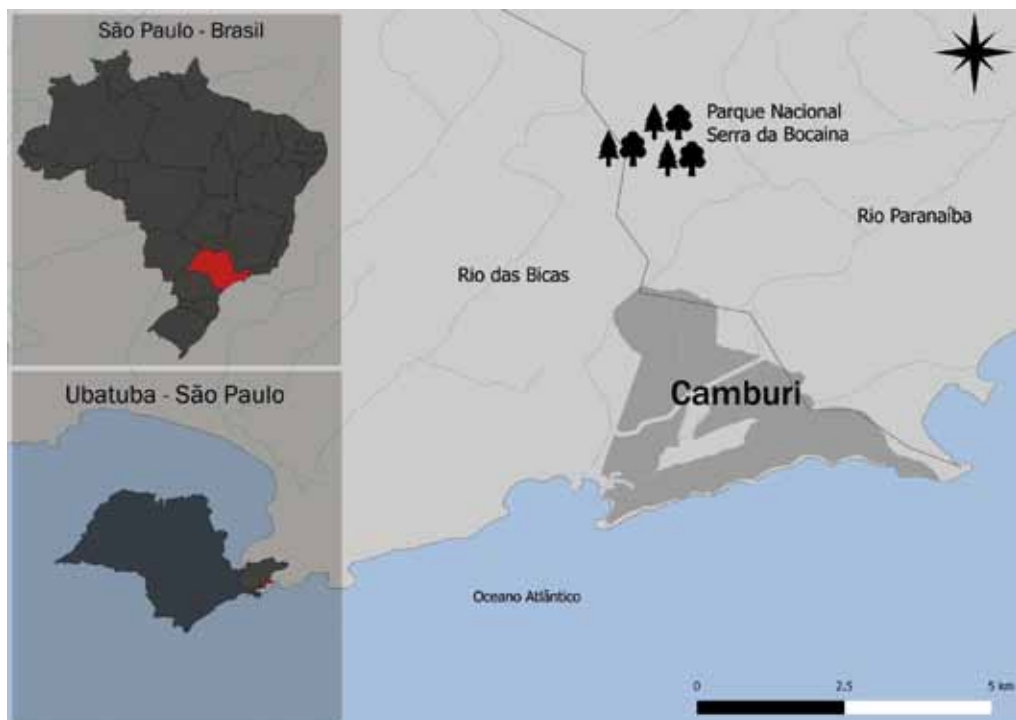
A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Camburi

O Quilombo de Camburi, formado há pelo menos 150 anos, foi constituído desde o princípio por escravizados e ex-escravizados vindos de Ubatuba ou Paraty, indígenas Karapeva, caiçaras e pescadores. Lá viviam, em 2002, aproximadamente 50 famílias – cerca de 230 pessoas entre crianças, jovens, adultos e idosos.

A comunidade de Camburi ocupa um território localizado ao norte do município de Ubatuba, no litoral norte de São Paulo. O território faz fronteira com o município de Paraty, no litoral sul do Rio de Janeiro. Atualmente suas terras se localizam dentro do Parque Estadual da Serra do Mar e parcialmente nos limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina, duas unidades de conservação de proteção integral.



Por se tratar de uma região protegida, localizada entre a serra e o mar, o território acolheu no século 19 muitos escravizados em fuga. Foi esse o caso de cinco grupos que vieram para a região: os liderados por uma mulher chamada Josefa, os de nome Conceição, os Firminos, os liderados pelo “Velho Basílio”, e pela “Velha Cristina”, todos vindos de Paraty. Desde 2000, os descendentes desses primeiros quilombolas formaram uma Associação e lutam até hoje pela titulação de um território de 972,36 hectares, composto por duas áreas. Uma delas corresponde às terras da antiga Fazenda Cambory, e a outra é a somatória dos demais territórios tradicionalmente ocupados pela comunidade.

Da fazenda de café ao quilombo

Os primeiros ocupantes da região eram índios tupinambás. A partir de 1700, já se tem notícias da existência de escravizados negros no local. As propriedades locais, até 1800, eram de pequeno porte e seus donos não tinham muitos recursos financeiros. Por isso, era comum terem poucos escravizados – dois ou três por propriedade, sendo o trabalho, em geral, de caráter doméstico. Nessa época, os negros ali escravizados vinham de outras regiões do Brasil, não diretamente da África.

A chegada da família real em 1888 atraiu muitos portugueses e franceses abastados, que estabeleceram grandes fazendas na região de Ubatuba, destinadas principalmente ao cultivo do café e da cana de açúcar. Com isso, o número de escravizados aumentou e o porto de Ubatuba se tornou um local de recebimento de escravizados africanos, tanto destinados às fazendas da região, quanto a outras localidades do país.

A partir de então, as relações entre senhores e escravizados passaram a ser marcadas pela tensão. Em 1825, por exemplo, houve uma tentativa de levante por parte dos escravizados do norte de Ubatuba. Posteriormente, em 1831, aconteceu a maior insurreição de escravizados da história do lugar. Em consequência desse fato, o uso

de armas entre escravizados foi proibido e decretado um toque de recolher para eles, entre outras medidas.

A partir de meados do século 19, a atividade cafeeira começou a decair em Ubatuba. Na mesma época, a abolição da escravidão começou a ser construída, e uma das primeiras medidas foi a proibição do tráfico negreiro. Esses fatores afetaram profundamente a economia dos fazendeiros da região, que acabaram falindo e abandonando parte de suas terras. Algumas dessas terras abandonadas já eram ocupadas por núcleos de escravizados. Outras terras receberam ex-escravizados vindos ou da própria região ou fugidos de localidades vizinhas.

A história do Quilombo de Camburi se relaciona intimamente com a história de Ubatuba e com o seu ciclo de escravidão. Foi isso que ocorreu com a Fazenda Cambory. Os documentos históricos sugerem que a fazenda foi inicialmente uma das pequenas propriedades do século 18 que eram voltadas para a produção de subsistência. Posteriormente, foi transformada em engenho de cana de açúcar e, depois, somada a outras faixas de terra, formou uma grande fazenda de café, da qual não foi possível delimitar sua extensão fundiária.

A fazenda existiu até 1855, quando faliu. A origem do Quilombo de Camburi está ligada a esse momento. Não se sabe exatamente se suas terras foram abandonadas e, posteriormente, ocupadas por escravizados que lá trabalhavam, ou se foram divididas e compradas pelos escravizados, ou ainda se foram doadas pelos ex-proprietários.

O grupo de primeiros moradores era composto por escravizados e por ex-escravizados, alforriados pelos antigos donos da Fazenda Cambory. **Há, inclusive, importante comprovação documental da origem desses primeiros moradores: uma lista oficial dos escravizados da Fazenda Cambory.** Além disso, a região de Ubatuba, como dito, era procurada por escravizados em fuga, devido à segurança que a localização entre a serra e o mar propiciava. Segundo as memórias dos quilombolas, e mesmo alguns documentos oficiais, eram comuns fugas de escravizados que iam de São Paulo

para o Rio de Janeiro, e vice-versa, a fim de escapar de buscas realizadas no interior de cada estado. Existia inclusive uma rota de fuga que ia de Paraty aos quilombos de Ubatuba, e de Ubatuba aos quilombos de Paraty.

Josefa e Basílio

Foi nesse tempo que um grupo de escravizados liderado por Josefa teria fugido de fazendas do litoral de Paraty e ocupado parte do território que hoje é Camburi, onde teria se juntado aos ex-escravizados da antiga fazenda. Josefa é chamada nas narrativas locais de Tia, e a genealogia do grupo confirma que ela é uma parenta distante. As histórias a seu respeito relacionam-se à fundação de Camburi, como conta o morador Fernando Soares:

Existia uma senhora que caçava bicho do mato. Isso muito antes de eu nascer, meus avós já contavam para os meus pais e eles contaram pra mim. Essa mulher vinha de Trindade (RJ) aqui caçar, vinha caçar. **Quando ela e seu grupo vinham caçar em Camburi, ficavam numa toca com seu bando. Aqui para baixo tem a Toca do Tio Paulo, que era um senhor antigo aqui do lugar. Ele contava as histórias do tempo da escravidão. Aqui tem uma toca que trata de Toca da Josefa; é aqui mesmo em cima do morro. Ainda tem carvão lá do tempo da escravidão.**

Na década de 1870, chegaram à região mais três famílias de escravizados. Os Conceição, os Basílio e os descendentes de Cristina. Dos Conceição se sabe apenas que teriam chegado junto com os Basílio e que ambos teriam vindo de Paraty. Os Basílio eram liderados por Basílio Ignácio dos Santos, que era casado com duas mulheres. De Cristina, lembrada como “escrava Cristina”, sabe-se que morreu por volta de 1950, aos 115 anos. Alguns dos membros mais velhos da comunidade chegaram a conhecer Dona Cristina; há quem diga inclusive que existiu um laço de parentesco entre ela e o Sr. Basílio.

Esses chegantes deram origem aos atuais grupos familiares da comunidade.

Por volta de 1900, chegaram mais duas famílias de ex-escravizados a Camburi. Uma era conhecida como os Bento e formada por Manoel Bento, sua esposa e cinco filhos. Ex-escravizados, eram fugidos da região de Paraty. Quanto à outra família, os Zacarias, não se sabe ao certo de onde vieram, apenas que descendiam de escravizados.

O modo preferencial de entrada na comunidade era pela via do casamento. E foi assim que, em 1910, chegou a Camburi o primeiro descendente de indígenas que se chamavam Karapeva. Pedro, descendente de escravizados e indígenas, veio sozinho de Paraty e se casou com Apolinária, da família Conceição. Em 1940, chegou a Camburi a família Firmino. O casal principal dos Firmino, Manuel e Romualda, também descendia dos Karapeva. As duas famílias se casaram entre si. A maior parte dos filhos de Pedro e Apolinária se casou com os descendentes dos Firmino. Por fim, em 1950, chegaram os Lúcio que, como as demais famílias, estabeleceu laços familiares com os antigos moradores do local. **O fato de chegantes e descendentes das primeiras famílias de ex-escravizados terem se casado entre si faz com que todos os atuais moradores do quilombo sejam, de alguma forma, aparentados.**

A chegada de novos grupos reforçava a prática local de relação com a terra. O uso da terra para o plantio e a reprodução das famílias não era relacionado à compra de parcelas particulares. Era consenso entre os moradores de Camburi que a terra era um bem comum, cujo valor era de uso. As regras locais permitiam que os moradores mantivessem grandes sítios para uso familiar. Cada filho ou filha que se casasse construía sua casa no terreno dos pais, que cediam um lote para os recém-casados. Por vezes, chegavam a formar vilas em que todas as parcelas de terra eram ocupadas por uma só família extensa. **A relação da comunidade com a terra era voltada para o cultivo, a criação e a coleta para consumo próprio. Não havia necessidade de construir cercas que delimitassem o território de cada família.**

Agricultura e pesca

Até aproximadamente 1960, Camburi era uma comunidade de caiçaras que viviam basicamente daquilo que plantavam para consumo próprio, da caça, da coleta e da pesca. A sobra da produção era comercializada em Ubatuba e Paraty, em troca de produtos manufaturados. O lugar preferido para a troca era a Vila de Picinguaba, também em Ubatuba. Lá vendiam peixe seco, farinha, batata-inglesa e batata-doce, que eram transportados de canoa ou pelas trilhas existentes no interior da mata.

Na pesca, empregavam várias técnicas como a tarrafa, herdada de indígenas, o caceio, de origem portuguesa e que necessita de três pescadores para ser realizada, e o picaré, indicado para peixes pequenos e pescas rápidas. Em todas essas variações é usado o espinhel – uma corda longa para prender anzóis – e diferentes tipos de redes. Observavam a posição e o formato das nuvens, para saber a direção do vento. Observavam, também, a lua para se orientar no mar. Esse conhecimento permitia que soubessem quando era aconselhável entrar no mar, o que garantia sua segurança.



Tanque no Quilombo Camburi. Foto: Fernanda Versolato, Instituto Pólis.

Contudo, a intensificação da pesca da sardinha no litoral brasileiro desencadeou uma grande mudança no modo de pescar: ela deixou de ser uma atividade apenas para o consumo próprio e se tornou a principal fonte de renda de muitas famílias.

A agricultura também seguia os ciclos da maré e da lua. Observando os ciclos lunares, podiam determinar as épocas de plantar e de colher. O cultivo da terra era marcado pelo sistema de pousio, no qual uma família abria a roça e a usava por cerca de três anos; depois desse tempo, deixava a terra descansar por longos períodos, que podiam chegar a 15 anos. Já a divisão das terras entre as famílias era feita a partir de negociações consensuais entre os envolvidos.

O ano era dividido em duas grandes épocas, cada qual com a duração de seis meses: a época do frio e a do calor. A primeira era o tempo de plantar, e a última, de pescar e de colher o que plantaram. As duas épocas eram subdivididas em períodos menores, de acordo com a realização de determinadas atividades, como as festas. Essas diziam respeito principalmente às comemorações católicas, como a Folia de Reis, a Festa da Cruz, a Festa de São João e a de São Pedro.

Frequentemente usavam plantas medicinais para curar enfermidades. Esse conhecimento foi herdado dos indígenas que passaram a fazer parte da comunidade, a partir do casamento contraído principalmente com mulheres de famílias locais.



Roça no Quilombo Camburi. Foto: Fernanda Versolato, Instituto Pólis.

Chegada da *gente de fora*

Já no início da década de 1960, dois acontecimentos desencadearam grandes mudanças na vida dos moradores de Camburi. O primeiro deles foi a abertura da estrada que liga Caraguatatuba a Ubatuba e a autorização para a abertura e construção da BR-101, a Rio-Santos, ligando o litoral paulista ao do Rio de Janeiro. As estradas intensificaram o turismo na região e, com isso, a valorização das terras e a especulação imobiliária.

O segundo foi o início de uma campanha para a regularização fundiária das terras no litoral de todo o Brasil, promovida pelo Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (IBRA). Esta campanha do governo brasileiro, na época ditatorial, causou grande estranhamento aos membros da comunidade, pois estavam acostumados à delimitação consensual de suas propriedades tradicionais. A demarcação oficial das terras, o pagamento de impostos, a elaboração de escrituras eram dificilmente compreendidos e aceitos pelos moradores, que não tinham até então domínio dos trâmites legais e da cultura letrada em geral.

Foram tantas as adversidades enfrentadas em tão pouco tempo que aconteceu algo que os camburienses nunca tinham imaginado: membros da comunidade passaram a vender terras para os chamados “de fora”, gente que tinha chegado à região após a intervenção desastrosa do Estado. Segundo relatos era comum que os “de fora”, mediante o uso do dinheiro e aproveitando-se de momentos de dificuldades dos quilombolas, adquirissem parcelas de terras. Por meio de processos fraudulentos registravam uma área maior do que a adquirida. **Há relatos de pessoas que chegavam a Camburi fingindo ser autoridades do governo, dizendo que seria aberta uma estrada no local e assim convenciam os quilombolas a abrir mão da terra.**

Um caso exemplar é o da família Rosário, descendente de Dona Cristina, que vendeu todos os seus lotes para um dos grandes compradores de terra da região. Ainda hoje, esses compradores de terra

movem processos de reintegração de posse contra os moradores tradicionais da região. A família Rosário foi forçada a vender porque não tinha meios para pagar os impostos da terra, que passaram a ser cobrados depois da titulação feita pelo IBRA. Essa foi a razão da maioria das vendas, mas nesse caso em particular ressentiam também a dificuldade para se locomover até a cidade para obter a assistência médica necessária para cuidar de um parente doente.

A nova situação de Camburi teve duas consequências principais. A primeira foi a perda territorial. Na década de 1970, 80% do território chamado de “coração do Camburi” (a praia) estava sob o domínio e posse dos grandes compradores de terra. Isso fez com que os membros da comunidade, obrigados a abandonar o lugar que por tanto tempo foi posse de suas famílias, fossem morar nas áreas mais íngremes do território. Outros tantos acabaram se mudando para Ubatuba ou outras cidades do litoral paulista.

A segunda consequência foi a entrada, pela primeira vez na história da comunidade, de “gente de fora” no Camburi. Famílias de empregados das casas de veraneio, os caseiros, passaram a habitar a área ainda ocupada pelos quilombolas, sem a sua autorização. **Era a primeira vez também que pessoas sem relação de parentesco com as famílias que constituíram o quilombo permaneciam no território por outro meio que não o do casamento.**

Quilombo e Mata Atlântica

Depois das transformações provocadas pela Rio-Santos e pela atuação do IBRA, a comunidade teve de lidar com mais uma intervenção externa, também imposta pelo poder público: a incorporação parcial do território de Camburi pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina em 1972 e total pelo Parque Estadual da Serra do Mar em 1977. **Idealmente, a defesa da ecologia e da Mata Atlântica deveria ser discutida e combinada com a comunidade quilombola, já estabelecida ali há mais de 100 anos.**

O que poderia ter sido a salvação de Camburi – uma vez que congelou por certo tempo a especulação imobiliária e a construção de condomínios de luxo –, logo se tornou uma grande opressão para a comunidade. Com os parques de proteção integral, ficaram proibidos de roçar, caçar, pescar e coletar. Ou seja, já não podiam viver de sua própria produção na terra.

Assim, os quilombolas tiveram que se empregar na construção civil (de estradas, casas e condomínios de veraneio etc.) ou trabalhar como caseiros nas propriedades dos turistas. Alguns poucos continuaram a tirar uma pequena renda como “embarcados” nos barcos de pesca de pessoas de fora.

Uma das histórias contadas pelos quilombolas de Camburi mostra bem a nostalgia dos mais velhos em relação à autonomia do passado, frente à dependência do dinheiro para garantir a sobrevivência na cidade:

Contam que antigamente um rapaz de fora conheceu uma moça de Camburi e teve que aprender a fazer balaio mesmo contra a vontade. Depois de um tempo, os dois resolveram ir morar na cidade porque ele arrumou um emprego. Tempos depois ficou desempregado e passados anos voltaram para o Camburi. Chegando, ele disse ao sogro: sorte que você me ensinou a fazer o balaio senão eu teria morrido de fome.

Uma das saídas encontradas para manter algum nível de autonomia foi o comércio nas barracas da praia. Mas não havia lugar para todos: o espaço também era dominado pelos “de fora”. Assim, essa alternativa foi logo esgotada. Na falta de outra opção, começou novamente, a partir da década de 1980, a venda de lotes para “gente de fora”. Dessa vez, não eram mais os “grandes compradores de terra”, mas pessoas que buscavam realizar o sonho de ter uma casa na praia, estrangeiros interessados em paraísos ecológicos ou mesmo pessoas que gostavam do lugar e queriam lá permanecer.

A partir da década de 1990, houve a intensificação do turismo no local, que atraía turistas de aventura e surfistas interessados em acampar na mata da região. A falta de estrutura sanitária para receber esse público poluiu as belas cachoeiras do Camburi, que se

tornaram fontes de transmissão de doenças. Em 2001, por exemplo, um surto de hepatite atingiu 22 pessoas. Além disso, muito lixo passou a ser acumulado em trilhas e nos cantos da praia.

Apesar das consequências negativas, o aumento do turismo trouxe algumas oportunidades temporárias de trabalho para os membros da comunidade. No lugar dos antigos ranchos de pesca, dos quais só restam dois, passaram a existir bares de praia. Novamente, nem todas as famílias conseguiram tirar deles seu sustento. Algumas começaram a oferecer seus quintais para que turistas pudessem acampar.

Como lembra um camburiense:

No tempo dos antigos nós esperávamos o tempo de plantar, de pescar, mas a pesca está ruim, não dá nada. Não vou colocar o cerco para ter prejuízo. Agora, nós esperamos o turista, os feriados, o verão. Antes, nós nem nos lembrávamos desses feriados, mas agora esperamos esse tempo.

Associação do Quilombo de Camburi

A luta pela manutenção das terras restantes e por melhorias nas condições de vida levou os camburienses à luta política e à fundação de uma associação de moradores. Eles passaram a se autoidentificar coletivamente como quilombolas e indígenas. A associação atua tanto nas lutas pela territorialidade, como no desenvolvimento de projetos sustentáveis de sobrevivência.

Os quilombolas lutam contra a insensibilidade do Estado e enfrentam preconceitos raciais. Um exemplo dessa dificuldade foi o projeto de geração de renda a partir da construção de um camping na praia para receber turistas, que ficaria sob a administração da Associação de Moradores de Camburi. O objetivo seria angariar fundos para subsidiar obras de infraestrutura na comunidade. Por questões legais, apresentadas pelo Parque Estadual da Serra do Mar e a Polícia Florestal, o camping dos quilombolas foi proibido. Entretanto, outras áreas de camping e de comércio administradas por pessoas de fora foram autorizadas. Os quilombolas, porém, não desistiram do projeto.

A partir dos anos 2000, a luta quilombola começou a apresentar resultados. O ecoturismo é hoje uma importante fonte de renda para a população local. Essa alternativa de renda é fruto de um projeto implantado pelo Ponto de Cultura Quilombola Escolinha do Jambeiro, coordenado pela professora Andreia Arantes, que capacitou cerca de 30 jovens para atuar como guias. Com o projeto, a comunidade passou a ter controle sobre o turismo praticado na região. Vários outros empregos foram criados, a cultura local foi incentivada e o artesanato de Camburi é vendido aos turistas. Além disso, o impacto ambiental dessa modalidade de turismo é bem menor que aquele vivenciado pela comunidade na época em que predominava o turismo convencional.

Ainda assim, a titulação de todo o território pleiteado pelos quilombolas – que vai além da ocupação de casa e roças – é essencial para que tenham acesso e controle sobre uma parte importante de seu território tradicional. Nele se localizam as nascentes dos rios, trilhas e caminhos para o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária. É também na mata que extraem materiais para a fabricação do artesanato. E o mais importante: é no alto da serra que está localizado o sítio histórico da Toca da Josefa – referência da origem do quilombo – ao qual deveriam ter garantido o direito de pleno acesso.

Na mesma Escolinha do Jambeiro, funciona a Associação dos Remanescentes do Quilombo de Camburi. No espaço comum da escola e da associação, os quilombolas articulam a defesa coletiva de seus direitos e valorizam a sua cultura, conjugando resistência e defesa ecológica da região que habitam.

... Quando o Parque entrou [...], nós ficamos aqui castigados, ficamos com algemas nos pés, com algemas nas mãos, que nem bandido. [...] Não pode ter moradores nenhum, não pode ter moradores. Agora eu digo para os senhores: o Camburi tem habitação há mais de trezentos anos. Tenho certeza do que estou falando aqui na mesa: há mais de trezentos anos! Foi reconhecido já, há mais habitação que foi do tempo dos escravos ali no Camburi. Agora pergunto aos senhores: há mais de trezentos anos reconhecido.

Agora, lá, o Parque lá, assubiu há quinhentos, trezentos anos? Não. Não.

(Genésio dos Santos, em conversa com José Ronaldo após reunião na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo em 2012 para discutir o conflito com o Parque Estadual da Serra do Mar. Fonte: Blog Coisas de Caiçaras).



Sr. Genésio dos Santos, patriarca de Camburi. Foto: Carolina Caffé, Instituto Pólis.

Esta narrativa foi composta por Máira Leal Corrêa a partir do Relatório Técnico-Científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Camburi, elaborado pelo antropólogo Luís Roberto de Paula. Contém informações adicionais de SANTOS, E.L. dos. “Estação Memória Cambury: mediação cultural com os parceiros do rio que muda”. Dissertação de Mestrado, PPGCI, ECA-USP, 2013 e do sítio do Observatório Litoral Responsável (<http://litoralsustentavel.org.br/noticias/boas-praticas-ponto-de-cultura-quilombola-escolinha-jambeiro-em-ubatuba/>).

Uma palavra da comunidade

Camburi

Eu nasci no mato, me criei no mato, vivo aqui, mas não sou bicho do mato. Há muitos anos fui até Brasília para conversar com o presidente Fernando Henrique Cardoso e lutar pelos direitos da comunidade. Fui a São Paulo e levei ao conhecimento a história do nosso quilombo, na época alguns diziam que eu estava fazendo tudo errado: que era coisa de macumba e coisa que o governo fazia para tirar a nossa terra. A terra de todo o povo do Camburi.

Se não tivesse feito isso, a polícia tinha nos retirado com ordem de despejo. Já aguentei muitas ameaças de despejo, mas segurei muitas vezes. Na última vez vieram quatro despejos e resistimos. Veio aqui toda espécie de polícia para nos retirar do terreno, mas nós dissemos: “Aqui não pode, aqui é quilombola!”. Fomos a Brasília e seguramos. Hoje o terreno está aí e é quilombola. Eu sem estudo lutei para isso. Para que, caso eu morra, a terra fique para o povo de Camburi.

A gente nasceu e se criou na lavoura e na pesca. Seis meses da pesca e o resto do tempo para a lavoura de feijão, arroz, cana, mandioca, abacaxi. Aí vieram e inventaram a lei do parque sem a gente saber, sem qualquer comunicação conosco. Por causa do parque um policial colocou o revólver na cabeça, algemou e levou preso um sobrinho meu. Isso porque o menino estava tirando uma madeira do chão para fazer um trabalho artesanal e criar os filhos. No meu conhecimento um parque não pode ser em um lugar de moradia, em um lugar onde vive o povo. Aí perguntei: “Como assim? Quando o parque chegou a gente já estava! Aqui não tem emprego, não tem indústria, se não pudermos trabalhar na terra, vamos viver de quê?”

Eu fui um jagunço, não para matar e roubar, mas fechei o Camburi, uni o povo para lutar e quando veio o parque florestal contestamos. Com o parque o povo chorava porque não podia trabalhar, não podia

erguer suas casas. Ficamos dois dias dentro do parque e a polícia foi nos tirar de lá. Até metralhadora a polícia trouxe. O comandante foi ter comigo e eu disse: “Eu sou da terra de Camburi, nascido e criado na terra de Camburi, sou descendente de quilombola, sou descendente de escravo, não vim da África, mas tenho o sangue deles. Agora eu nasci e me criei aqui e aqui estou com o povo. Não temos luz aqui, não temos estrada para tirar uma senhora em trabalho de parto. Não estou fazendo isso de atrevimento, não tenho passagem pela polícia, meu único vício é tratar todo mundo bem, meu pai e minha mãe morreram sem levar nenhuma mágoa do negão aqui. Mas aqui é um direito nosso. Vivemos aqui desde o tempo que acabou a escravidão”. Na época muita gente achou que eu ia tremer, ter medo, mas o comandante registrou o que eu disse. Hoje, depois de muita luta, conquistamos as terras.



Dona Catarina, do Quilombo do Camburi.

Foto: Fernanda Versolato, Instituto Pólis

Este texto foi escrito a partir de conversa com Seu Genésio, 88 anos, patriarca da comunidade, realizada em setembro de 2015 por Maria das Graças Epifânio, do Quilombo Carrapatos de Tabatinga (MG), e Neimar Lourenço, do Quilombo Caçandoca (SP).

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Aline Neves Rodrigues Alves, Isabella G. Miranda, Luciana Costa, Marilene Ribeiro, Suely Virgínia dos Santos
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Martins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

C824q Corrêa, Máira Leal
Quilombo Camburi / Máira Leal Corrêa. - Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)
Baseado no Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da
comunidade de Quilombo de Camburi/ Ubatuba - SP de Luís Roberto de Paula.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. De Paula, Luis Roberto. Relatório técnico-
científico sobre os remanescentes da comunidade de Quilombo de Camburi/
Ubatuba - SP I. Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO
Coordenadora do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA
QUÊNEN CHAVES DOS SANTOS
Coordenação Geral de Políticas para
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN
Presidenta do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO
Diretor de Ordenamento da
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico
Superintendências nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e concepções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG

NuQ
Núcleo de Estudos em
Quilombos

CERBRÁS
Centro de Estudos e
Resistência Racial

IB
CES - AL

Quilombos

INCRA

Coordenação Geral de
Políticas para Povos e
Comunidades Tradicionais

NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA